



Número: **0837276-61.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **20/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 10.125,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|--|----------|
| FRANCISCO KLEYTON FERREIRA LIMA (AUTOR) | | ARTHUR LENNON ALVES MENESES (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 9948588 | 27/05/2020 18:19 | Sentença | Sentença |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
2ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0837276-61.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: FRANCISCO KLEYTON FERREIRA LIMA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

FRANCISCO KLEYTON FERREIRA LIMA, por meio de procurador habilitado, ingressou com a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**.

Determinada a emenda à inicial para a parte comprovar o prévio ingresso na via administrativa, nos termos do entendimento firmado no RE 839.314 (835), a parte autora não cumpriu com o determinado, consoante certificado no ID 9761857.

Era o que tinha a relatar. Decido.

Sobre a gratuidade, há elementos que indicam que a parte não possui condições de arcar com as custas processuais, razão pela qual **defiro a gratuidade da justiça**.

Segundo dicção do arts. 320 e 321 do NCPD:

Art. 320. **A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.**

Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos [arts. 319 e 320](#) ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Parágrafo único. **Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.**”

Do exposto, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL**, com fundamento nos arts. 320 e 321, todos do NCPD, haja vista que a parte autora deixou de apresentar os documentos indispensáveis para comprovar o prévio ingresso na via administrativa.

Condeno a parte autora em custas processuais, sendo que a cobrança fica suspensa em razão da concessão da gratuidade.

Sem honorários.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se.



TERESINA-PI, 27 de maio de 2020.

Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Teresina

